

41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
GT5 – COMPORTAMENTO, OPINIÃO PÚBLICA E CULTURA POLÍTICA

Aproximações ao voto de classe no Brasil

Gustavo César de Macêdo Ribeiro

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFPA)

gcmribeiro@ufpa.br

RESUMO

O artigo produz aproximações teóricas, empíricas e metodológicas à questão do voto de classe nas eleições brasileiras. Para tanto, parte de uma revisão de literatura sobre clivagens sociais e voto no Brasil contemporâneo. Nela, demonstra-se como estabelecimento o de uma agenda de pesquisa que privilegiou outras variáveis para explicar as interseções entre clivagens sociais e política – especialmente o impacto eleitoral de programas sociais – eclipsou o debate sobre voto de classe. Em seguida, evidencia as dificuldades inerentes à adaptação de tipologias sociológicas de análise de classe aos bancos de dados advindos de pesquisas sobre comportamento político, especialmente o *Latinobarómetro* e o ESEB. Por fim, expõe resultados de uma pesquisa sobre voto de classe nas eleições presidenciais brasileiras entre 2002 e 2010. Com base em procedimentos de inferência ecológica, demonstra-se a ocorrência de três padrões: contraposição às candidaturas do PT, por parte dos eleitores em localizações de classe privilegiadas, e adesão da classe trabalhadora ampliada; mudança de posição, favorável às candidaturas petistas, dos eleitores economicamente destituídos a partir da eleição de 2006.

1. Introdução

As análises sobre a associação entre voto e classe acompanharam o desenvolvimento das pesquisas sobre comportamento eleitoral desde seus primórdios. Escritos seminais sobre o assunto, especialmente os publicados no pós-guerra em países capitalistas centrais, identificaram, entre seus principais achados, a tendência dos eleitores de classes subalternas a votar em partidos de esquerda, quando comparados com aqueles em posições classistas dominantes (EVANS, 2000).

Não obstante suas raízes, a partir das décadas de 1980 e 1990, o debate muda de tom. Na esteira da crise da socialdemocracia europeia e do Estado de bem-estar social, o impacto das classes sobre a política, tomado como central no período anterior, é questionado empírica e teoricamente (WEAKLIEN, ADAMS, 2011). O campo dos estudos sobre voto de classe passa a ser dividido por pesquisadores que advogam o seu declínio, de um lado, e por aqueles que atestam a continuidade do mesmo, de outro. Uma batalha, travada tanto no campo analítico quanto no metodológico, que se estende aos dias atuais¹.

Para quem observa os debates sobre o voto de classe a partir de uma vivência política e intelectual ao sul do globo, podem parecer estranhas as contribuições principalmente produzidas por autores de origem anglo-saxônica. Especificamente na América Latina, mantêm-se em curso as investigações acerca da ascensão de governos de esquerda, ocorrida primordialmente na década de 2000, e as bases sociais que os sustentaram eleitoralmente (mesmo após o recente avanço da direita em países como Brasil e Argentina, ainda a ser processado de forma mais acurada pelo campo acadêmico). Nesse sentido, bastante diminuto seria o espaço para, à moda do que é feito no hemisfério norte, se pensar, por exemplo, em “declínio do voto de classe”: a tendência, pelo contrário, parece ser a da afluência das classes sobre a política. Ademais, ao menos no que diz respeito às candidaturas presidenciais, presume-se ser clara, nesses países, a condição basilar para a existência do voto de classe: a propensão dos eleitores em posições da classe trabalhadora a votar em partidos de (ou coalizões lideradas pela) esquerda. Nesse sentido, o caso brasileiro é bastante elucidativo.

No Brasil das primeiras décadas do século XXI, seja por causa da disputa política mesma ou da produção acadêmica que a buscou interpretar, as classes sociais se tornaram

¹ Para um resumo das discussões, ver Evans (1999).

um convidativo ponto de partida para se analisar o período. Não por menos: um ator político com uma classe no nome, o Partido *dos Trabalhadores* (PT), venceu quatro eleições presidenciais seguidas; parte do seu sucesso eleitoral, como asseveraram algumas formulações, foi explicado devido ao *apelo classista de suas principais políticas*; até mesmo uma “nova classe” – a *nova classe média* (NERI, 2011) – teria irrompido na estrutura social brasileira durante (e por causa de) suas administrações federais.

Com efeito, algumas das principais interpretações da vida social e política do Brasil do início do milênio partiram de alguma formulação do conceito de classes sociais ou de investigações que, por rotas alternativas, buscaram elucidar questões concernentes à inserção social e política de determinadas classes na vida nacional, mesmo sem propriamente reivindicar o conceito. Neste sentido, entre outros empreendimentos acadêmicos, são dignos de nota a obra de Singer (2009; 2012) sobre o fenômeno do lulismo, o debate acerca das influências de programas sociais como o Bolsa Família sobre o voto, e as controvérsias acerca das novas (ou, a depender da perspectiva, velhas, mas reorganizadas) classes no Brasil.

Apesar da proeminência obtida por essas formulações, pouco se fez para analisar o “voto de classe” no período – ao menos no sentido estrito, conceitual, do termo. Isto é, a despeito do volume e da sofisticação da produção intelectual, foram limitados os esforços para analisar se “[...] a tendência dos eleitores em uma classe particular de votar em um partido específico, candidato político (ou um grupo desses), em vez de uma opção alternativa, em comparação com eleitores em outra classe ou classes” (EVANS, 2000, p. 402, tradução nossa), esteve presente nos padrões de comportamento eleitoral do Brasil contemporâneo.

O presente trabalho se propõe a analisar esta lacuna no campo no campo dos estudos eleitorais brasileiros. Para tanto, divide-se em cinco seções, contando com esta introdução, nas quais serão realizadas aproximações teóricas, metodológicas e empíricas ao voto de classe no Brasil.

2. A agenda de pesquisa sobre clivagens sociais e voto no Brasil da primeira década do Século XXI

A ausência de estudos mais específicos sobre o voto de classe na academia brasileira não é fortuita: diz respeito, sobretudo, ao estabelecimento de uma agenda de

pesquisa que privilegiou outras variáveis para explicar as interseções entre clivagens sociais e política – especialmente o impacto eleitoral de programas sociais como o Bolsa Família (PBF)². Ademais, está igualmente relacionada à forma pela qual o conceito de classe foi utilizado pelos estudos eleitorais brasileiros recentes. Na maioria dos empreendimentos de pesquisa a se valer do conceito é marcante a utilização da renda como *proxy* para a medição das classes sociais. Mesmo na mais sofisticada análise de classe da política brasileira atual, realizada por Singer em seus escritos (2009; 2012), este é um problema patente (que, em tal empreendimento de pesquisa, soma-se à falta de dados sobre atores classistas fundamentais, como o “subproletariado”)³.

Ao se tornar a principal agenda de pesquisa sobre as relações entre clivagens sociais e voto no Brasil de início de século XXI, claro está que a proeminência do debate acerca das influências eleitorais do PBF eclipsa a investigação sobre outras variáveis. Se a diferença é entre eleitores beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família (ou, para ser justo com a predileção pela geografia eleitoral cara a este debate, entre áreas com maior ou menor proporção de cidadãos beneficiados pelo programa), pouco se fala da diferença entre classes, por exemplo. Mas, independentemente da centralidade do debate, há de se ressaltar que os participantes do PBF pertencem, outrossim, a uma classe – ou, especificamente, a uma “subclasse” (*underclass*, WRIGHT, 2000), uma classe de “subproletários” (SINGER, 2012) ou destituídos (SANTOS, 2009). Neste sentido, do ponto de vista da análise de classe, a centralidade obtida pelas contendas interpretativas acerca do impacto político do PBF conta, por assim dizer, a história pela metade – o foco no atendimento aos interesses materiais de um agrupamento classista exclui da análise os eleitores posicionados nos demais. Corre-se, portanto, o risco de subsumir os interesses de outras classes excluídas do controle dos meios de produção (para ficar com os exemplos mais explícitos) aos interesses objetivos dos destituídos, inscritos no PBF. Ademais, em última instância, exclui-se do escopo da análise a mobilização estratégica de eleitores em outras posições classistas no plano eleitoral.

Nestes estudos, bem como na obra de Singer, o panorama teórico para a utilização do conceito de classe é o do “paradigma da renda” (SANTOS; SCALON, 2010). Isto é, os

² Para um resumo da literatura sobre PBF e voto, ver Ribeiro (2014, Cap. 1). Ademais, os pontos altos desse debate podem ser encontrados em Soares e Terron (2008), Zucco (2008, 2010, 2013) e Canêdo-Pinheiro (2009).

³ Para uma crítica, ver Ribeiro (2014).

estratos de renda são compreendidos como *proxies* para as posições de classe dos indivíduos. Tal escolha teórica restringe a análise às possibilidades das variáveis quantitativas (a classe é, enfim, a quantidade de renda disponível a um indivíduo ou à sua família, e não uma categoria deduzida a partir de relações sociais na esfera da produção) excluindo, de antemão, a formulação de análises categóricas – o que, necessariamente, dificulta a compreensão de padrões de voto de classe no Brasil. Além disso, a escolha por esta perspectiva “gradacional” de classes sociais, implica numa indevida agregação de posições de classes diversas em um mesmo estrato de renda.

Tal problema é particularmente expressivo quando se trata das diferenças entre posições estabelecidas da classe trabalhadora e suas frações destituídas. No Brasil, a estrutura de classes é decisivamente marcada por um “[...] hipertrofiado segmento de autoemprego e [pela] constituição de formas exacerbadas de destituição” (SANTOS, 2005, p. 33). Esta realidade, desafiadora à análise, não consegue ser captada por um conceito de classe baseado na renda. Assim, se, por exemplo, um determinado estudo toma a renda individual como parâmetro e limita a menor faixa de sua tipologia num valor equivalente a dois salários mínimos, pode acabar por incorporar, numa mesma categoria, universos díspares como os do proletário urbano e o do pequeno camponês. Ou seja, num mesmo patamar, para utilizar exemplos bem vívidos, passam a se localizar, arbitrariamente, o arquetípico operário industrial, celetista, sindicalizado e minimamente qualificado que reside nos bairros populares das grandes cidades (com vencimentos em torno de dois salários mínimos), e o posseiro de área rural que sobrevive da agricultura de subsistência, em transição da condição de miséria via percepção de benefícios de programas sociais como o Bolsa Família (cujos parques rendimentos mensais também se localizam abaixo dos dois salários!)⁴.

Não obstante as contribuições fornecidas pela literatura sobre Bolsa Família e voto ou pelas análises que utilizam o conceito de classe, tais como as formulações de Singer sobre o lulismo, é preciso superar as limitações supracitadas. De forma tal que, para captar as possíveis tendências de voto de classe no Brasil contemporâneo, trata-se, especialmente, de investir na construção de uma tipologia alternativa à concepção que equaciona renda à classe social. Afinal, conforme ressalta Evans (2000, p. 402), a classe pode se desvelar

⁴ Ribeiro e Israel fazem constatação parecida: “[...] a dificuldade em usar a renda como indicador de pertencimento a alguma classe social é que frequentemente pessoas com a mesma renda podem ter interesses econômicos de longo prazo muito diferentes” (2016, p. 112).

significativa para a orientação do comportamento político, “[...] mas somente se efetivamente medida e modelada” e unicamente “quando se acham relações significativas entre ela e preferências políticas, em particular, o voto”⁵.

3. Aproximações metodológicas ao voto de classe

Como alternativas às perspectivas “gradacionais” do conceito de classes sociais, as abordagens “relacionais” se afiguram como as mais adequadas. A despeito da proeminência obtida pelas formulações baseadas em renda para a própria mensuração da estrutura de classes no Brasil do início do século XXI (das quais a obra de Neri, 2011, é a principal representante), estudos de autores identificados com as vertentes neoweberiana e neomarxista de análise de classe podem ser elencados como marcos fundamentais nessa seara. O diálogo com o aparato conceitual construído por tais referências pode-se mostrar bastante frutífero para as investigações sobre o voto de classe entre eleitores brasileiros.

Não obstante, antes de propriamente se enveredar por este caminho, trata-se de enfrentar um desafio inicial: formular (ou ter acesso a) bases de dados que permitam a produção de análises de classe alternativas ao “paradigma da renda”. Ao contrário do que, por exemplo, ocorreu em países anglo-saxônicos, o próprio desenvolvimento dos estudos sobre a estrutura de relações de classe no capitalismo brasileiro se deu a partir da utilização de bancos de dados produzidos para outros fins de pesquisa⁶. Some-se a isto a própria orientação majoritária da renda como *proxy* para a classe e se tem, como resultado, um escasso acervo de fontes de dados que ofereçam as variáveis necessárias para a formulação de pesquisas baseadas no conceito sociológico de classe. Problema que igualmente perpassa os *surveys* nacionais e transnacionais sobre comportamento político com dados disponíveis sobre a realidade brasileira, tais como o ESEB e o *Latinobarómetro*.

O que deixa três alternativas aos que desejam realizar estudos sobre voto de classe: (1^a) produzir seus próprios *surveys*; (2^a) adaptar os aparatos de análise de classe aos bancos de dados advindos de pesquisas sobre comportamento eleitoral; (3^a) utilizar abordagens metodológicas baseadas em dados agregados.

⁵ Tradução e adaptação nossa.

⁶ Vide o uso, para estes fins, dos levantamentos PNAD-IBGE por autores dos próprios autores da tradição neomarxista (SANTOS, 2002), e neoweberiana (SCALON; RIBEIRO, 2001).

3.1. Voto de classe e bancos de dados primários

Exemplo fundamental da primeira alternativa é o artigo de Ribeiro e Israel (2016). Muito embora não tenham realizado uma pesquisa específica para medir as possíveis tendências de voto de classe entre o eleitorado brasileiro, os autores se valem de questões produzidas pela “Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (PDSD)”, que possui as variáveis necessárias para tanto. A partir desse conjunto de dados, buscam analisar “(...) a relação entre a estrutura de classes, os padrões de mobilidade social dos eleitores e a declaração retrospectiva de voto no segundo turno da eleição presidencial de 2006” (2016, p. 105). Utilizando um esquema de análise de classes inspirado nas tipologias formuladas por Goldthorpe e colaboradores, os autores podem utilizar a classe enquanto variável categórica e afirmar, na contramão de alguns dos estudos supracitados, que houve uma correlação entre voto e classes sociais no caso por eles estudado (2016, p. 114). Ribeiro e Israel ressaltam, pela via da utilização de modelos hierárquicos para medir os efeitos da mobilidade social sobre o comportamento eleitoral, o peso da ascensão de classe na escolha pela candidatura de Lula – não somente as classes trabalhadoras expressaram predileção pelo candidato do PT, mas seus egressos para classes mais altas votaram de forma análoga à classe de origem⁷.

Em um panorama de estudos marcados pelo “paradigma da renda”, o artigo de Ribeiro e Israel (2016) se afigura como inovador ao utilizar um esquema de análise relacional de classes, mobilizando-o para a compreensão de padrões de associação entre posição nas relações classistas, ascensão social e voto. Todavia, a despeito de suas importantes contribuições, há no escrito um problema decisivo: a exacerbada carga de *recall error*⁸ nos resultados da declaração de voto retrospectiva. O trabalho de campo da PSDS, da qual se valem, foi realizado aproximadamente dois anos após o segundo turno das eleições de 2006 – objeto de estudo do artigo. O que faz com que a proporção de votos em Lula seja artificialmente inflacionada – passando a 82,5%, frente aos 60,83% que o

⁷ Observando, porém, os efeitos da idade da idade nesse processo: “[...] há efeito assimétrico da origem nos casos das mobilidades ascendente e descendente para a coorte de idade mais nova, mas não para a coorte de idade mais velha. Em outras palavras, nossas análises indicam que a hipótese de aculturação parece ser válida, na medida em que o tempo dentro de uma determinada classe de destino diminui o efeito da classe de origem” (RIBEIRO; ISRAEL, 2016, p. 126).

⁸ Ou seja, a tendência dos eleitores, quando instados por pesquisas pós-eleitorais, de declarar voto no vencedor do pleito analisado, mesmo que tenham feito outra escolha eleitoral. Tal característica dos surveys pós-eleitoral foi fruto de recente controvérsia, envolvendo os resultados de artigo publicado por Bohn (2011). Cf: Zucco e Power (2013).

petista efetivamente obteve no segundo turno do pleito presidencial que o levou à reeleição. Não obstante a utilização recorrente de bancos de dados pós-eleitorais por parte dos analistas do comportamento eleitoral no Brasil (dentre os quais o ESEB é o principal exemplo), esta exacerbada diferença entre declaração de votos e resultados eleitorais pode conduzir a análise a vieses consideráveis. Ademais, no caso aqui considerado, os resultados parecem antes refletir a alta popularidade então experimentada por Lula do que a declaração de retrospectiva de voto nele.

3.2. A análise da estrutura classe e bancos de dados secundários – ESEB e *Latinobarómetro*

Se, por um lado, a presença de níveis indesejáveis de *recall error* (ZUCCO; POWER, 2013) em uma pesquisa municiada com variáveis adequadas à medição da estrutura de relações de classe, como a PDSD, torna-se um problema patente, por outro, as dificuldades no trato com as clivagens classistas, presentes em bancos de dados como ESEB e *Latinobarómetro*, igualmente interpõem dificuldades à compreensão dos padrões de voto de classe no Brasil atual.

Com antes referido, a formação social brasileira é composta por altos níveis de destituição social e exclusão do mercado de trabalho formal. Por conseguinte, tal fato tem implicações fundamentais para a medição da estrutura de relações de classe no capitalismo brasileiro – deve-se incorporar o espaço da destituição de ativos econômicos e educacionais no âmbito da análise, sob pena de excluir de seu escopo parcelas majoritárias da população brasileira. Para este intuito, a mobilização do aparato de análise de classe desenvolvido pela tradição neomarxista afigura-se como mais profícuo – especialmente nas formulações de Wright e Santos.

Para Wright, uma estrutura de classes é, necessariamente, uma matriz de relações sociais (2000). Ao contrário do pressuposto pelo marxismo clássico, em tal estrutura os indivíduos não estão somente separados pelas diferenças quanto à detenção de meios materiais de produção, mas, igualmente, em relação à posse diferencial de ativos de qualificação (materializados em credenciais educacionais) e de poderes delegados na esfera da produção. A partir de tal abordagem do problema das classes, Wright consegue formular um aparato conceitual apto à compreensão do “problema das classes médias” nas sociedades contemporâneas. Ressalta este autor estadunidense que, embora apartados da

posse de meios de produção, determinadas posições de classe média, tais como os gerentes ou especialistas, conseguem incorporar aos seus vencimentos parte do excedente via percepção de um “renda de lealdade” (pago pelos capitalistas como contrapartida ao controle exercido pelos gerentes frente a seus subordinados) ou um “renda de qualificação” (pago aos especialistas como contrapartida às credenciais educacionais das quais são portadores). Tais características tornam as classes médias “posições contraditórias no interior de relações de classe” (WRGHT, 2000).

O espaço da destituição de ativos materiais é por ele apreciado a partir de categorias como a *underclass* (que comporta aqueles excluídos da esfera da exploração da mão de obra, submetidos à simples “opressão econômica não exploradora”) e os *working poor* (trabalhadores em postos de trabalhos precarizados) (WRIGHT, 1994, 2000). Na desigual formação social brasileira, tais posições de classe são superdimensionadas – fato que está na base da afirmação feita por Singer quanto à centralidade do que chama de subproletariado na equação eleitoral nacional. Na obra de Santos (2002, 2005, 2009, 2010), estas e outras especificidades da estrutura de relações de classe brasileira são analisadas a fundo.

Para os objetivos do presente trabalho, não é possível uma apreciação mais acabada de suas formulações⁹. Todavia, a utilização das tipologias de posições e grupamentos de classe que Santos formula se torna um recurso importante para suplantar as limitações supracitadas do recurso ao conceito de classe na análise do comportamento eleitoral. Em estudos mais recentes (SANTOS, 2010), a matriz de relações classistas na formação social brasileira pode ser apreendida pelos seguintes “grupamentos” de classe¹⁰:

O grupamento das *Localizações privilegiadas* é composto pelas posições de classe com posse de ativos econômicos ou de credenciais educacionais superiores: “capitalistas e fazendeiros”; “pequenos empregadores”; “especialistas autoempregados”. Em tal grupamento, também se localizam as “localizações contraditórias de classe média” da obra de Wright (1994; 2000): “gerentes” e “especialistas empregados”.

⁹ Não obstante, uma apreciação mais detida de suas categorias, especialmente das análises que faz sobre acerca da distribuição da posse de ativos econômicos, de qualificação e de autoridade na estrutura de classes brasileira, é feita em Ribeiro, 2014, cap. 2.

¹⁰ Para efeitos de simplificação em determinadas análises, os autores neomarxistas aqui considerados utilizam a noção de “grupamentos de classe”. Uma vez que nos polos opostos das relações de classe residem “posições de classe”, um grupamento de classe pode ser considerado com um conjunto dessas posições.

As *Localizações privilegiadas* diferem do grupamento de *Controladores de ativos menores*, a versão brasileira da “pequena burguesia”, que inclui os “autônomos com ativos” (isto é, sem credenciais superiores, mas com posse de ativos econômicos mínimos: um estabelecimento, um veículo automotor etc.) e os “autônomos agrícolas”.

A *Classe trabalhadora ampliada* é composta pelas posições de “empregado qualificado”, “supervisor” e “trabalhador”. Ainda no mundo do trabalho, Santos nomeia como grupamento das *Posições de classe destituídas* o conjunto tanto dos trabalhadores em situações precárias (o que Wright, 1994, p. 46-49, chamaria de *Working poor*) quanto os excluídos das relações de trabalho em bases capitalistas (a *underclass* em bases brasileiras WRIGHT, 1994, p. 46-49): “trabalhadores elementares”; “autônomos precários”; “empregados domésticos”; “autônomos agrícolas precários”.

Tais tipologias formuladas por Santos podem ser mobilizadas para o intuito de, como pressupõe Evans (2000), medir e modelar a classe adequadamente, para então compreender as possíveis associações entre as clivagens classistas e preferências políticas. Todavia, no processo de construção empírica da medição da estrutura de relações de classe, um considerável conjunto de variáveis deve ser levado em consideração. Especificamente, para as análises de inspiração neomarxista: variáveis que mensurem a posse de ativos materiais, credenciais e funções de controle na esfera da produção. Como antes ressaltado, sem uma pesquisa de cunho próprio, afeita à análise de classe (como é a PDSD, ou os *surveys* realizados pela equipe do próprio Wright), deve-se buscar outros bancos de dados. Naturalmente, para a compreensão de “efeitos gerados pela classe” (WRIGHT, 1985, 1990) sobre a esfera política, informações advindas de pesquisas como o ESEB ou o *Latinobarómetro* podem se tornar alternativas nesse sentido. Entretanto, objetivos diversos de investigação empírica presentes em tais levantamentos, conduzem à formulação de questionamentos alheios ao intuito de mensuração das relações de classe. O desafio é, portanto, adaptar as tipologias de classe às variáveis disponíveis em tais pesquisas.

Tome-se como exemplo as edições de 2014 do ESEB e de 2010 do *Latinobarómetro*¹¹. Um procedimento fundamental para se mensurar as posições de classe é o de identificar a “posição na ocupação” dos indivíduos. Muito embora ambas as

¹¹ O Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) e o *Latinobarómetro* são pesquisas *survey*, aplicadas em ondas periódicas, tendo em vista a coleta de dados sobre comportamento político, principalmente. O primeiro é realizado no Brasil, desde 2002, sob a coordenação do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP), da UNICAMP. Já as pesquisas realizadas pelo instituto chileno *Latinobarómetro* são realizadas em vários países latino-americanos desde 1995.

pesquisas apresentem variáveis necessárias para diferenciar seus entrevistados em termos de ocupação, faltam-lhes informações sobre as outras dimensões necessárias à análise da estrutura de classe. No caso do ESEB 2014, tal limitação é mais patente, uma vez que a própria questão sobre ocupação oferece apenas quatro alternativas: “empregado”, “patrão”, “conta própria” e “não aplicável” (CESOP, 2014). Para a tipologia neomarxista de análise de classe, tal qual formulada por Santos, seria necessário diferenciar, por exemplo, os patrões quanto ao número de pessoas que empregam, diferenciando capitalistas e fazendeiros de pequenos empregadores; os empregados quanto às dimensões de credenciais utilizadas na ocupação (distinguindo, entre outros, trabalhadores de especialistas contratados) e desempenho de controle na esfera da produção (destacando as posições de gerente ou supervisor dos demais assalariados); os autônomos quanto à posse de ativos ou inserção em formas precarizadas de trabalho por conta-própria.

A edição 2010 do *Latinobarómetro*, por sua vez, é mais equipada para a análise das diferenças de classe entre seus entrevistados. Com algumas questões de triagem, as variáveis sobre ocupação diferenciam os autônomos como “profissionais” (em referência aos especialistas com credenciais educacionais superiores), “donos de negócio”, agricultores ou pescadores e ambulantes; ao passo que os assalariados são divididos em “profissionais”, “altos executivos”, “supervisores” e “outros empregados”¹². Embora não abarque todas as diferenciações necessárias para seguir a tipologia formulada por Santos, tais categorias permitem uma melhor compreensão da posse diferencial de ativos de produção, educacionais e de controle por parte dos indivíduos entrevistados – o que facilita a formulação das adaptações necessárias. Os problemas com os bancos de dados do *Latinobarómetro* são de outra ordem – dizem respeito, sobretudo, às questões sobre intenção de voto. Na edição de 2010 desse levantamento, há somente um questionamento registrado nesse sentido – “Se as eleições fossem neste domingo, em qual partido você votaria?” (LATINOBARÓMETRO, 2010). Em um sistema político que mescla formas majoritárias e proporcionais de eleição e no qual, especialmente nestas, há sabidos incentivos ao voto personalizado em detrimento do partidário (NICOLAU, 2006), uma questão como aquela tende ou a confundir os(as) entrevistados(as) ou a refletir os níveis de partidarismo entre o eleitorado brasileiro, antes do que efetivamente apurar as intenções de voto em tal ou qual candidato.

¹² Tradução e adaptação nossa.

3.3. Comportamento eleitoral e dados agregados – as possibilidades da inferência ecológica

Sem acesso a bancos de dados primários e com as limitações presentes em pesquisas como o ESEB e o *Latinobarómetro*, resta uma terceira alternativa aos que buscam analisar as possíveis associações entre clivagens de classe e comportamento eleitoral – utilizar abordagens metodológicas baseadas em dados agregados. O que, necessariamente, impõe cuidados específicos.

Necessariamente, a primeira tarefa no trato com dados agregados é a de buscar recursos para superar o problema da falácia ecológica – i.e. “[...] pensar que relações observadas para grupos necessariamente se mantêm para indivíduos”. (FREEDMAN, 1999, p. 1). Dessa forma, trata-se de lançar mão de um expediente metodológico que se adeque aos dados disponíveis (compostos por informações demográficas e políticas agregadas). Tal expediente pode ser encontrado nas técnicas de inferência ecológica – especialmente as produzidas por King (1997; KING et al., 2008). Precisamente, nas palavras do autor, “inferência ecológica é o processo de usar dados agregados (isto é, ‘ecológicos’) para inferir relações de interesses discretas no nível individual quando dados no nível individual não estão disponíveis” (KING, 1997, p. xv).

Os procedimentos da inferência ecológica visam justamente ultrapassar a limitação da falácia ecológica no sentido de utilizar as oportunas fontes de informação advindas dos bancos de dados agregados na pesquisa social (KING, 1997, p. 5). Dessa forma, como o próprio King sumariza em sua obra principal, vários são os esforços na produção de parâmetros para a inferência de dados individuais a partir de dados agregados. Entretanto, devido à perda de informação individual, nenhum deles (incluindo o que o próprio autor propõe) é capaz de recuperar os dados precisos do comportamento individual (1997, p. xv). Assim, a produção teórica acerca desse expediente metodológico visa minimizar tal limitação e produzir modelos que sejam capazes de elaborar estimativas acuradas sobre as “quantidades de interesse” desconhecidas no plano individual, suplantando o “problema da inferência ecológica”. Isto é, o problema de “[...] determinar o conteúdo das células em tabelas de contingência [...] quando só são conhecidos os totais de linhas e colunas das tabelas” (MATTOS; VEIGA FILHO, 2003, p. 5).

King, embora tenha difundido seu método a partir da análise de casos expressos em tabelas 2x2¹³ e baseados no recorte territorial dos *precincts* no ordenamento político estadunidense, também elaborou variações capazes de modelar as quantidades de interesse em domínios geográficos mais amplos e a partir de tabelas com um maior número de linhas e colunas. Esse é o caso do modelo elaborado em King *et al.* (2008) para analisar as tendências de votação durante a República de Weimar. Nessa versão, em vez de se limitar a um distrito eleitoral, os autores buscam estimar as tendências de votação entre diferentes classes durante o período da história alemã marcado pela ascensão do partido nazista ao poder. Como hipótese, King e colaboradores afirmam que, naquele contexto histórico, embora o apelo eleitoral nazista tenha aumentado ao longo de todo o contínuo da estrutura de classes, alguns grupos aderiram ao referendo eleitoral ao partido de Hitler em uma proporção maior do que a média nacional. Esse seria o caso dos pequenos burgueses¹⁴, que então experimentavam, devido à devastadora crise econômica do entre guerras, uma profunda precarização em suas condições materiais de existência. Como resultado, teriam adotado uma postura pró-nazista de acordo com seus interesses materiais.

Baseado nesta adaptação do modelo de inferência ecológica desenvolvido por King *et al.* (2008) para casos nacionais, no presente trabalho, serão reproduzidos resultados da análise dos padrões de voto de classe durante o período compreendido entre 2002 e 2010, nas eleições presidenciais brasileiras. O objetivo fundamental é o de compreender, em termos de classe, a composição social do eleitorado das candidaturas presidenciais petistas durante o período considerado¹⁵. No que concerne à adaptação do modelo desenvolvido por King *et al.* (2008), pode-se destacar o seguinte.

(1) Plano territorial, subunidades (“*precincts*”) e *clusters*. Um dos primeiros desafios nesse processo de adaptação é o de definir a unidade correspondente aos “*precincts*”, no caso brasileiro. Aqui, a escolha é pela menor circunscrição eleitoral possível no ordenamento político nacional – o município. Essa escolha é facilitada pela abundância de informações (tanto demográficas quanto eleitorais) sobre tal unidade

¹³ Para os casos que podem ser expressos em tabelas 2x2, King propõe um modelo de estimação econométrica baseado na distribuição normal truncada. Para maiores detalhes, ver King (1997).

¹⁴ A rigor, King *et al.* conceituam esse grupos como *working poor*. Entretanto, em uma acepção diversa da empregada de Wright, tal grupo não era composto por empregados em situações precárias de trabalho, mas de trabalhadores por conta própria, então profundamente influenciados pela crise econômica (2008, p. 961).

¹⁵ Aqui será apresentada uma versão revista de trechos do Capítulo 3 de Ribeiro (2014).

territorial, disponíveis nos bancos de dados locais¹⁶. Nesse sentido, as inferências aqui produzidas têm como base 5.505 municípios brasileiros cuja data de fundação é anterior a 2002, primeiro ano da série considerada. Embora esse número permita que as análises apresentem dados nacionais, a prevenção de vieses de agregação suscita a divisão em *clusters* de municípios. King *et al.* (2008) argumentam que o desemprego e a confissão religiosa eram variáveis fortemente correlacionadas com o apoio eleitoral aos nazistas durante a República Weimar. Aqui, procedimento parecido é adotado: conforme observado por estudos eleitorais brasileiros recentes, é possível indicar que o grau de desenvolvimento econômico dos municípios pode ser associado à composição social do eleitorado presidencial petista da década de 2000. Assim sendo, o Produto Interno Bruto municipal é utilizado como variável *proxy* a tal característica. Através dela, o total de municípios selecionados é dividido em quatro *clusters*, graduados conforme diferentes níveis de desenvolvimento¹⁷. Com o intuito de ordenar de forma mais apropriada as diferenças entre os municípios, o modelo desenvolvido por King *et al.* (2008) utiliza também uma “*covariate*” adicional em sua modelagem. No estudo produzido por esses autores, o próprio nível de desemprego é elencado para tanto; na presente pesquisa, será utilizado o percentual de indivíduos a receber transferências monetárias de programas sociais na população de cada município¹⁸.

(2) Marginais das tabelas. Após a definição da subunidade de análise, bem como da seleção de parâmetros para a formação de *clusters*, é preciso elencar as variáveis explicativas do modelo de inferência ecológica. Nesse sentido, devido aos objetivos aqui perseguidos, deve-se, necessariamente, mobilizar a tipologia de classe construída a partir do diálogo com Santos, além de se elaborar uma ordenação de preferências políticas que inclua as candidaturas presidenciais petistas aqui investigadas. Embora tais procedimentos pareçam simples, devido às peculiaridades do problema da inferência ecológica, sua aplicação prática se torna desafiadora. Nesse quesito, a questão fundamental é a de atender

¹⁶ O TSE fornece dados ainda mais desagregados, para a Zona ou Seção eleitoral. Todavia, dados socioeconômicos, necessários para a mensuração da estrutura de relações de classe, não estão disponíveis para tais recortes – o que impede a utilização dos mesmos no presente trabalho.

¹⁷ Dessa forma, o primeiro *cluster* é composto pelos 1377 municípios brasileiros com maior desenvolvimento econômico. Os três conjuntos seguintes são formados por 1376 municípios e representam os graus subsequentes de desenvolvimento. Com vistas a uma melhor comparação entre resultados, foram utilizados, para todos os anos da série, os *clusters* formados com os dados do PIB municipal do ano de 2010 (IBGE, 2014). Para maiores informações, ver RIBEIRO, 2014.

¹⁸ Também para fins de comparação, os dados apurados a partir do Censo de 2010 serão mobilizados em tal variável.

ao pressuposto segundo o qual a soma das marginais não pode ultrapassar 100%. Assim sendo, valendo-se das possibilidades apresentadas pelo modelo, a solução aqui proposta utiliza dois tipos de variáveis, a saber: “determinísticas” (isto é, números absolutos apurados por levantamentos demográficos ou resultados eleitorais mesmos) e “estatísticas” (proporções estimadas a partir de informações “determinísticas”)¹⁹.

(a) Em relação às preferências eleitorais, as inferências se baseiam no número total de eleitores aptos a votar em cada município²⁰, a partir de dados “determinísticos”. Na aplicação do modelo às três eleições presidenciais consideradas (2002, 2006 e 2010), as informações referentes aos primeiros turnos foram organizadas conforme três alternativas: voto nas candidaturas do PT; voto em outros candidatos; somatório de brancos, nulos e abstenções²¹. No que concerne aos segundos turnos, o agregado da votação dos outros candidatos é substituído pelo total de votos obtidos pelas candidaturas do PSDB.

(b) No tocante às informações sobre as classes, foram utilizados dados “estatísticos”, referentes ao percentual de pessoas em idade apta a votar que participam da PEA nos diversos municípios. Aqui, é mobilizado o aparato conceitual produzido pelas abordagens neomarxistas de análise de classe, especialmente a obra de Santos sobre a sociedade brasileira.

O presente estudo se vale das categorias produzidas por Santos e sumarizadas na subseção anterior, mas implementa duas adaptações em relação aos seus escritos. A primeira diz respeito à formulação de uma tipologia mais sucinta de grupamentos classistas, baseada na fusão das suas Localizações privilegiadas e dos Controladores de ativos menores em um único tipo, intitulado de *Privilegiados*. No mais, seguimos suas indicações, mudando apenas a nomenclatura. O que resulta numa tipologia com três grupamentos: os já citados privilegiados, os trabalhadores e os destituídos. Além disso, utilizamos uma fonte de dados diferente. Para os fins de nosso estudo, o Censo Demográfico (CEM, 2013a) se afigura como uma fonte de informações mais adequada, dado que apresenta dados agregados por município.

¹⁹ A divisão dos tipos de variáveis válidas à metodologia da inferência ecológica em “determinísticas” e “estatísticas” é proposta por King *et al.* (2008, p. 973). Ao contrário de outras versões do método, nesse artigo são desenvolvidas técnicas que permitem a aplicação conjunta dos dois tipos de informação.

²⁰ Apurados segundo os registros do TSE. Para a estimação das quantidades de interesse aqui investigadas, foram utilizados dados compilados pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM, 2013).

²¹ Os problemas com os cadastros eleitorais desestimulam o procedimento de somar votos brancos e nulos às abstenções. Todavia, devido às contingências metodológicas supracitadas do modelo de inferência ecológica, tal procedimento foi adotado.

Em suma, nessa variável, os postos da tipologia de grupamentos classistas são usados como referência – *privilegiados, classe trabalhadora ampliada e destituídos*. Para os dados do ano de 2010, são utilizadas as próprias informações advindas da medição da estrutura de classes elaborada mediante a pesquisa da amostra do Censo. Para os anos de 2002 e 2006, foram estabelecidas estimativas a partir dos dados dos Censos de 2000 e 2010²². Uma vez que não coincidem os registros dos dados eleitorais (fornecidos pelo TSE) e das informações demográficas utilizadas para modelar e medir as dimensões dos grupamentos classistas (levantadas pelo IBGE), a solução registrada acima foi a única possível para atender ao pressuposto de coincidência das variáveis que compõem as marginais das tabelas do problema da inferência ecológica. De forma análoga ao proposto por King *et al.* (2008, p. 969), esse arranjo dos dados parte da suposição de que as divisões de classe apuradas com base na PEA reproduzem-se de modo similar em relação ao conjunto dos eleitores aptos a votar nos municípios.

(3) Quantidades de interesse e utilização do modelo. Conforme os parâmetros acima descritos, o objeto de pesquisa aqui abordado pode ser transposto ao problema da inferência ecológica a partir da forma registrada no Quadro 1. Nele é descrito como as variáveis marginais utilizadas são adaptadas ao plano dos municípios. De acordo com as informações compiladas nesse exemplo, pode-se observar também que o objetivo das inferências aqui produzidas é o de revelar as quantidades de interesse expressas pelos pontos de interrogação no interior de suas células, isto é, a proporção de indivíduos em cada grupamento de classe a escolher uma das três alternativas políticas elencadas.

²² Para a produção dessas estimativas, foi utilizada uma interpolação linear, com base nas taxas geométricas de crescimento. Elas foram calculadas com base na seguinte função:

$$r = \left(\sqrt[n]{\frac{P_{t+n}}{P_t}} \right) - 1$$

Onde: r é a taxa de crescimento geométrico; P_{t+n} é a população final; P_t é a população inicial; n é o intervalo de tempo entre as datas, medido em ano e fração de ano. Trata-se do mesmo método de estimação proposto pelo próprio IBGE (2014).

Quadro 1 – Exemplo de adaptação do problema da inferência ecológica no plano do município

	PT	Outros	B + N + A	
Privilegiados	?	?	?	0,2202
Trabalhadores	?	?	?	0,4683
Destituídos	?	?	?	0,3115
	138.893	251.227	134.377	524.497 (1)

Fonte: Censo IBGE 2010; TSE; CEM. Elaboração própria. Dados demográficos referentes à distribuição relativa dos grupamentos classistas no município de Natal, conforme dados do Censo 2010. Dados eleitorais do primeiro turno da eleição presidencial naquele município.

Para a interpretação desses resultados, o presente estudo se vale da noção de “formação eleitoral de classe²³”. Trata-se de uma adaptação do conceito de formação de classe, tal qual exposto na obra de Wright. A passagem da participação em relações de classe, no plano estrutural, à organização política classista é um tema recorrente na análise de classe. A incumbência em uma mesma posição de classe não necessariamente concorre para que os indivíduos se organizem politicamente a partir de seus interesses objetivos classistas. Para muitos autores (tais como Przeworski, 1989), a realização da classe somente se completa na luta política. Embora parta das análises sobre a matriz de relações de classe no plano da estrutura, a obra de Wright é aberta a estes dilemas. Para ele:

[...] formações de classe são constituídas pela participação de indivíduos com várias formas de consciência de classe em organizações coletivas organizadas para realizar interesses de classe. Estudar os microfundamentos de tal forma de organização coletiva envolve a compreensão de processos pelos quais solidariedades, construídas a partir de diferentes formas de consciência, são forjadas entre indivíduos, e pelas formas que isso facilita sua cooperação na busca coletiva por interesses de classe. Diferentes tipos de formações de classe estão estruturados a partir de diferentes formas de consciência individual e interdependência baseada na solidariedade (2000, p. 13, tradução nossa).

Com base em tal conceito, a perspectiva da classe como uma entidade constituída pela soma de interações individuais. A classe, nesse sentido, não é uma entidade supraindividual – não é a classe que vota, por exemplo, mas os indivíduos imersos em relações classistas. Há sentido, portanto, em estudar os microfundamentos individuais que levam tais indivíduos a formar solidariedades em busca de seus interesses individuais e,

²³ Para uma formulação mais detalhada do conceito, Cf Ribeiro (2014).

por conseguinte, utilizar metodologias que simulem tal comportamento, como a inferência ecológica. Se uma formação de classe pode ser estruturada a partir de indivíduos com diferentes tipos de consciência de classe, e esta pode ser identificada com os “[...] os aspectos da consciência com um conteúdo de classe distintivo” (1985, p. 246, tradução nossa), então as formas pelas quais são forjadas as solidariedades classistas no campo da política podem ser compreendidas antes como posicionamentos estratégicos dos indivíduos. Tal perspectiva de consciência de classe, afirmada por Wright em contraposição ao marxismo clássico, conduz igualmente o autor a conceber as formações de classe em suas várias formas, desde as mais sólidas às mais instrumentais e transitórias – “[...] qualquer forma de relações sociais coletivamente constituídas que facilite a ação solidária em busca de interesses de classe é uma instância de formação de classe” (2000, p. 191, tradução nossa).

Nesse sentido, uma formação de classe pode ser afirmada na escolha majoritária por indivíduos em um mesmo grupamento de classe por um determinado partido ou candidato – tal escolha pode ser compreendida como uma *formação eleitoral de classe*. Em larga medida, tal noção torna-se bastante dependente das estratégias dos partidos à esquerda em afirmar o mundo do trabalho enquanto classe, como assevera Przeworski (1989). Ademais, a partir dela, pode-se chegar a apurar tanto padrões de voto de classe “tradicional” (predileção de trabalhadores pela esquerda e classes médias pela direita) ou “total” (qualquer associação entre voto e classe, incluindo a abstenção) (MANZA; HOUT; BROOKS, 1995). Todavia, trata-se de uma forma de operacionalizar o conceito de formação de classe à análise do comportamento eleitoral, ressaltando os aspectos supracitados.

Assim sendo, parte-se do pressuposto de que, no interior de cada *cluster*, uma formação eleitoral de classe ocorre quando os partícipes dos diferentes grupamentos classistas escolhem majoritariamente uma das alternativas políticas consideradas – as candidaturas petistas ou as candidaturas adversárias. Como o objetivo fundamental é o de compreender se a base eleitoral de Lula e Dilma Rousseff foi perpassada por diferenças entre os diferentes grupamentos classistas, justifica-se a forma de agrupamento proposta. Nesse sentido, as formações eleitorais de classe podem assumir uma posição de referendo, ou oposição, aos nomes apresentados pelo PT. Uma vez que possíveis escolhas majoritárias pelo “não voto” são explicadas por motivos outros que não a busca por interesses materiais, tais resultados não podem indicar tendências de voto de classe.

(b) Tendo atendido aos pressupostos básicos do problema da inferência ecológica, a aplicação aqui realizada do modelo atende à mesma estimação produzida por Lau *et al.* (2007, p. 172-173) para os casos de tabelas “RxC”, isto é, com dimensões maiores do que duas linhas e duas colunas. Trata-se de uma variação da modelagem econométrica produzida por King *et al.* (2008), fundamentada em estimações multinomiais hierárquicas com base em uma distribuição Dirichlet. Os resultados aqui produzidos foram obtidos mediante a aplicação de tal modelo a partir do pacote computacional *Zelig* (KING; IMAI; LAU, 2007), desenvolvido para o *software* estatístico *R*²⁴.

4. Classe e voto – Resultados a partir da inferência ecológica

Após a demonstração de como o problema da inferência ecológica foi adaptado ao objeto das investigações empíricas aqui realizadas, torna-se possível passar à exposição, em maior detalhe, dos resultados obtidos através dessa metodologia. Nas tabelas encartadas ao final do texto, são expressas as estimativas para os padrões de votação produzidos pelos indivíduos imersos nos diferentes grupamentos classistas considerados. Tais padrões foram identificados mediante a aplicação dos procedimentos de inferência ecológica, de forma independente, nos quatro clusters de municípios selecionados, em cada ano da série analisada. Nesse processo, utilizaram-se as informações sociais e políticas acima descritas.

Assim sendo, na Tabela 1, são registradas as inferências relativas aos primeiros turnos dos pleitos analisados. A partir dos números nela registrados, pode-se observar, tomando como referência os dados sobre a base eleitoral das candidaturas presidenciais do PT, que cada grupamento classista desenvolveu tendências eleitorais diferenciadas. A começar pelas posições de classe privilegiadas, é possível ressaltar, nesse sentido, que em nenhum dos pleitos considerados os indivíduos nelas imersos referendaram, de forma majoritária, os “presidenciáveis” petistas. Em termos das proporções inferidas, em 2002, a escolha por Lula alcançou, entre tais eleitores, um máximo de 33,84% no cluster de municípios com menor PIB. Na disputa de 2006, o referendo dos privilegiados à reeleição do petista foi consideravelmente baixo – chegou, em seu melhor resultado, a 22,11% (no segundo cluster) e, no pior, ficou abaixo dos 20% (com apenas 18,39% no primeiro

²⁴ Para maiores informações sobre a estimação do modelo, ver Lau et al. (2007) e Ribeiro (2014).

conjunto de municípios). Em tal ano, há de se registrar que, entre os eleitores das localizações de classe privilegiadas, o apoio a outros candidatos ficou acima dos 50%, em todos os clusters, já na primeira etapa do pleito. Por fim, em 2010, os índices da escolha pela candidatura petista retornaram a patamares parecidos com os do início da série, tornando a orbitar em torno dos 30% – com percentuais mais alargados no segundo cluster (31,84%).

No que concerne às posições da classe trabalhadora ampliada, os resultados das inferências relativas ao primeiro turno não apresentaram um padrão geral homogêneo, com resultados comparativos diferentes entre os clusters e anos da série. Assim sendo, os dados da eleição de 2002, para esse grupamento classista, demonstram que houve um marcado contraste entre as tendências de comportamento dos eleitores no cluster dos municípios mais desenvolvidos economicamente (no qual a candidatura Lula chegou a 41,67%, único em que foi majoritário) e daqueles residentes em localidades com menores níveis de desenvolvimento – nelas, os resultados obtidos pelo petista tenderam a ficar pouco acima dos 30% (chegando, no máximo, aos 31,11% apresentados pelo quarto cluster). No pleito de 2006, tal contraste se reproduziu, embora com diferenças menores. No primeiro cluster, a reeleição de Lula foi majoritariamente referendada pelos proletários (numa proporção de 38,13%), o que também ocorreu no conjunto dos municípios com menores PIBs, nos quais o petista chegou a 35,83%. Em 2010, contudo, os números se inverteram – foi somente entre os trabalhadores dos municípios menos desenvolvidos economicamente (com 37,83%, no quarto cluster) que Dilma Rousseff apresentou uma fração maior do que as demais alternativas políticas. No cluster das localidades mais desenvolvidas, a postulante à primeira eleição obteve somente 30,35% dos votos; em acréscimo, o somatório dos outros candidatos chegou, nesse agregado de municípios, ao maior nível entre os trabalhadores – com 44,46%.

Em relação ao comportamento eleitoral dos indivíduos em posições de classe destituídas, nos primeiros turnos das eleições consideradas, a adesão às candidaturas presidenciais petistas ocorreu em maior monta a partir da reeleição de Lula. Contudo, ao contrário do que sugerem algumas das análises resenhadas anteriormente, tal movimento não foi uniforme – houve, antes, uma clara divisão entre clusters, reveladora da menor predisposição dos destituídos dos municípios mais desenvolvidos a votar nos nomes apresentados pelo PT. Desse modo, em 2002, Lula obteve 29,01% no primeiro cluster e passou, em 2006, a 34,34%, sem obter, porém, votações majoritárias em tal conjunto de

localidades. Em 2010, embora a candidatura de Dilma Rousseff, nesse conjunto, tenha angariado mais votos do que as demais alternativas políticas (com 38,64%), isso ocorreu em uma menor proporção, caso comparado com a votação nos demais clusters. Nas localidades de menor desenvolvimento, por outro lado, a guinada em favor dos petistas foi bastante clara. Nesse sentido, é elucidativo o exemplo dos padrões de votação apresentados pelo cluster de número 4. Na primeira eleição da série, Lula nele apresentou seu pior desempenho no grupamento dos destituídos, com 24,67%. No entanto, na eleição seguinte, arregimentou 49,50% dos votos – seu melhor desempenho entre tais eleitores. Em 2010, Dilma manteve uma boa proporção de votos nesse cluster, chegando a 47,99% – resultado somente superado pelos 49,41% adquiridos entre os eleitores destituídos do terceiro agregado de municípios.

Dado que as escolhas metodológicas aqui empreendidas privilegiam a leitura dos resultados obtidos pelas candidaturas presidenciais do PT entre as diferentes classes, os dados dos primeiros turnos resultam em análises que pouco podem dizer sobre as possíveis polarizações existentes nas tendências de voto de classe do período. Entretanto, nas inferências produzidas para os segundos turnos (que reproduzem, nos três anos da série, o embate entre candidatos do PT e PSDB), tais dualidades podem ser observadas de forma mais pormenorizada. Esses dados estão expressos na Tabela 2. As informações nela reproduzidas revelam um claro contraste, ao longo de todas as eleições do período, entre as tendências de escolha eleitoral dos indivíduos em posições de classe privilegiadas, mais inclinadas ao referendo aos psdbistas, e aquelas afirmadas por eleitores em localizações da classe trabalhadora ampliada, majoritariamente favoráveis às candidaturas petistas. Entre os destituídos, é possível demonstrar, também em relação aos resultados do segundo turno, a reprodução do padrão de adesão ao projeto presidencial petista após a reeleição de Lula, em 2006.

Entre os privilegiados, já nos resultados para o pleito de 2002 é possível perceber que a escolha majoritária pelo candidato do PSDB (à época o então ex-ministro da saúde, José Serra) se fazia presente com maior pujança no cluster de municípios mais desenvolvidos, chegando aos 42,28%. Nos demais, embora tenha havido espaço para que Lula obtivesse mais votos do que seu adversário no segundo agregado de municípios (no qual angariou 35,90% dos votos), a preferência continuou sendo pelo psdbista. Nos anos seguintes, a predileção pelo projeto do PSDB entre os indivíduos das posições de classe privilegiadas se ampliou. Tanto em 2006 (ano no qual a adesão a Geraldo Alckmin chegou

a máximos 52,80% no primeiro cluster) quanto em 2010 (disputa na qual a segunda candidatura Serra teve seu melhor desempenho também entre os privilegiados dos municípios com maior PIB, 46,42%), os candidatos psdbistas alcançaram votações majoritárias em todos os agregados de municípios.

No outro lado da polarização, entre os partícipes das posições da classe trabalhadora ampliada, a escolha majoritária pelas candidaturas petistas durante os segundos turnos foi ainda mais clara. Junto a esses proletários, ao longo dos três pleitos considerados na série, as candidaturas petistas arregimentaram mais votos do que as demais alternativas políticas em todos os clusters analisados.

De forma confluyente, nos três pleitos, suas melhores marcas foram identificadas entre os trabalhadores residentes nas localidades mais desenvolvidas. Assim sendo, com Lula, o percentual no primeiro cluster foi de 56,69%, em 2002, e 51,57%, em 2006. Em 2010, embora esse patamar tenha diminuído, Dilma Rousseff obteve 45,48% naquele agregado de municípios.

Por fim, no que se refere às posições de classe destituídas, também em relação aos resultados do segundo turno, o conjunto de localidades mais desenvolvidas apresentou um padrão diferente dos demais. No primeiro ano da série, somente nesse cluster os destituídos votaram em maior monta em Lula do que nas demais alternativas, o que fez sua votação chegar aos 39,43% nesse grupo de eleitores. Durante sua reeleição, o ex-operário passou a obter votações majoritárias entre tais eleitores em todos os clusters considerados, chegando a máximos 57,76% no quarto conjunto de municípios. Em 2010, embora Dilma Rousseff tenha mantido boas marcas nos clusters de localidades com PIBs menores (atingindo, por exemplo, 53,10% no quarto cluster), não manteve uma votação majoritária entre os eleitores destituídos no conjunto de municípios mais desenvolvidos – no qual obteve 35,36% do total estimado de votos, contra 36,30% do candidato do PSDB, José Serra.

Com vistas a compreender mais a fundo as tendências acima descritas, a Tabela 3 exibe dados sobre a variação, entre os turnos das eleições, dos percentuais de votação estimados. Dela, pode-se extrair uma leitura “sincrônica” dos ganhos e perdas apresentados pelas diferentes alternativas políticas, ao longo do período estudado. Nesse quesito, os dados dignos de nota são os do comportamento eleitoral apresentado pelos eleitores nas localizações da classe trabalhadora ampliada. Em tal grupamento classista, durante todos os pleitos da série, o referendo às candidaturas presidenciais petistas aumentou substancialmente na passagem de um turno ao outro. Em 2002, a votação de Lula entre os

proletários obteve ganhos acima de 10% em todos os clusters, chegando a um máximo de 15,02% no primeiro. Em 2006, o então candidato à reeleição manteve o mesmo patamar de variação positiva nos três primeiros conjuntos de municípios, apresentando ganhos de 13,44% no cluster das localidades mais desenvolvidas. Por fim, em seu primeiro êxito eleitoral, Dilma Rousseff contou com um acréscimo de 15,13% no primeiro cluster e variou positivamente acima dos 9% no segundo e terceiro – embora tenha perdido 1,09% entre os trabalhadores das localidades menos desenvolvidas, isso não representou, como visto, a perda da votação majoritária em tal conjunto. Há de se notar que, para os casos expressos na Tabela 3, os ganhos obtidos por uma determinada alternativa política implicam perdas, na mesma monta, para as demais. Por exemplo, se 15,02% dos trabalhadores residentes nos municípios que compõem o primeiro cluster passaram a votar em Lula no segundo turno das eleições de 2002, isso significa que, no primeiro, o mesmo percentual se dividiu entre o voto em outros candidatos (12,24%) e a escolha por se abster, votar em branco ou anular o voto (2,78%). Consequentemente, isso quer dizer que, quando defrontados com a disputa PT versus PSDB, os trabalhadores dispostos a mudar o voto entre os turnos passaram a escolher, de forma expressiva, as candidaturas petistas. Portanto, se o voto de classe se baseia no reconhecimento, por parte dos eleitores, das diferenças entre as plataformas dos partidos, no tocante aos seus interesses materiais, tais padrões revelam, de modo mais explícito, o caráter que esse comportamento eleitoral assumiu durante os pleitos analisados.

5. Palavras Finais

No presente trabalho, buscou-se evidenciar como a instituição de uma agenda de estudos eleitorais nos últimos anos na academia brasileira colocou em segundo plano a busca por um entendimento mais matizado acerca das tendências de voto de classe, especialmente nas eleições presidenciais. Ademais, aqui foi demonstrado como determinadas limitações nas principais pesquisas sobre clivagens sociais e voto no Brasil contemporâneo, tais como a obra de Singer sobre o lulismo e a literatura sobre os impactos eleitorais do Bolsa Família, abrem espaço para novas formulações. Nesse sentido, foram formuladas algumas aproximações metodológicas e empíricas à questão do voto de classe no Brasil – tanto no que diz respeito ao trato com bancos de dados disponíveis (especialmente tomando o ESEB e o *Latinobarómetro* como exemplo), quanto na

elaboração de abordagens metodológicas alternativas, a partir de dados agregados. Por fim, o recurso à inferência ecológica como ferramenta metodológica proporcionou a análise da composição social do eleitorado presidencial petista, em termos de classe. Especificamente, foram mensuradas as formações eleitorais de classe no período compreendido entre 2002 e 2010.

A despeito do caráter localizado e transitório que tais formações podem assumir, foram revelados três padrões gerais, relativos a cada grupamento analisado:

(1) Os privilegiados empreenderam formações eleitorais de classe contrapostas às candidaturas presidenciais petistas, desde o primeiro ano da série. Principalmente nos segundos turnos, e com maior pujança a partir de 2006, o voto nos nomes apresentados pelo PSDB foi a tendência majoritária demonstrada pelos eleitores em tal grupamento classista.

(2) As formações eleitorais da classe trabalhadora ampliada se basearam, ao longo de todo o período analisado, na escolha preponderante pelas candidaturas presidenciais petistas. Essas tendências se acentuaram nos segundos turnos, marcados pelos expressivos aumentos nos percentuais obtidos nesse grupamento pelas candidaturas Lula e Dilma Rousseff.

(3) As formações empreendidas pelos eleitores imersos nas posições de classe destituídas, ao contrário dos dois outros grupamentos analisados, foram refratárias à candidatura petista, no primeiro ano da série; nos demais, realizaram uma guinada a favor do PT. Tal adesão foi percebida tanto nos primeiros quanto nos segundos turnos daquelas eleições.

Desse modo, pode-se afirmar que a composição social do eleitorado presidencial petista é perpassada, em termos de classe, por uma “aliança” entre as formações eleitorais dos grupamentos de proletários propriamente ditos e destituídos. Como visto, tal “aliança” é somente formada a partir da reeleição de Lula, em 2006. Em relação ao pleito de 2002, foi evidenciado que somente a formação da classe trabalhadora ampliada, consolidada no segundo turno, compunha a base eleitoral da candidatura petista – o que, adicionalmente, revela a fragmentação dos demais grupamentos em diferentes padrões nos clusters analisados.

Em acréscimo, os dados produzidos também explicitaram uma característica fundamental da forma pela qual as disputas presidenciais se organizaram durante o período estudado. Qual seja – a de que o sistema de segundo turno e o “duopólio” (LIMONGI;

CORTEZ, 2010) nele exercido por candidatos do PT e PSDB são os principais incentivadores do voto de classe no Brasil. Como querem Evans e Tilley (2012), se, para que tal fenômeno exista, é preciso que os agentes partidários apresentem propostas diferentes no que concerne aos interesses materiais classistas, então foi nos segundos turnos que, nas eleições presidenciais brasileiras, essas diferenças se tornaram mais explícitas. A polarização entre formações dos trabalhadores, a favor do PT, e dos privilegiados, baseadas na escolha majoritária pelos psdbistas, somente demonstra o quanto o eleitorado consegue distinguir e se posicionar frente à filiação classista dos principais partidos a participar das disputas presidenciais.

A construção de tendências de voto de classe, como igualmente se buscou demonstrar, não ocorre de modo linear ou, para falar com Przeworski (1989), inevitável. Mesmo em contextos como o analisado, marcado por ganhos materiais difusos, as variáveis políticas são decisivas para a transmutação das clivagens de classe à arena eleitoral. Assim sendo, algumas constatações são reveladoras do caráter conflituoso que marca a constituição das formações eleitorais classistas. São exemplos, nesse sentido, o revés eleitoral sofrido por Dilma Rousseff, em 2010, entre os destituídos do cluster de municípios mais desenvolvidos e a perda gradativa de apoio das candidaturas petistas, também naquele conjunto de localidades, no grupamento dos trabalhadores. Embora aqui faltem elementos para se analisar tais fatos com maior acuidade, pode-se argumentar que, em última análise, resultados como esses são frutos das contraestratégias dos partidos adversários, com base na mobilização do eleitorado a partir de outras identidades, no intuito de desorganizar a base eleitoral classista petista.

REFERÊNCIAS

- BOHN, Simone R. Social Policy and vote in Brazil: Bolsa Família and the shifts in Lula's electoral Base. *Latin American Research Review*, Pittsburgh, v. 46, n. 1, 2011.
- CANÊDO-PINHEIRO, Mauricio. Bolsa Família ou desempenho da economia? Determinantes da reeleição de Lula em 2006. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (ANPEC), 37., 2009.
- CEM – CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE. Dados absolutos de voto por município, 1994 a 2010. 2013. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/716>>. Acesso em: 11 mar. 2014.
- CEM – CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE. Base de dados Censo 2000 e Censo 2010 (Microdados da Amostra) / Projeto Censo CEM – 50 Anos de dados. 2013a. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/716>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

- CESOP – CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA. ESEB – Questionário (Onda 4). CESOP, 2014. Disponível em: <http://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMHwSq8wNQ_MDA_92279_/quest_03928.pdf>. Acesso em: 26 set. 17.
- EVANS, Geoffrey (Org.). *The end of class politics? Class voting in comparative context*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- EVANS, G. The continued significance of class voting. *Annual Review of Political Science*, Oxford, v. 3, 2000.
- EVANS, Geoffrey; TILLEY, James. The depoliticization of inequality and redistribution: explaining the decline of class voting. *The Journal of Politics*, Cambridge, v. 74, n. 4, 2012.
- FREEDMAN, David A. Ecological inference and the ecological fallacy. 1999. Disponível em: <<http://www.stat.berkeley.edu/~census/549.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conceitos: taxa média geométrica de crescimento anual da população. IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- KING, Gary. *A solution to the ecological inference problem: reconstructing individual behavior from aggregate data*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- KING, G. et al. Ordinary economic behavior in the extraordinary election of Adolf Hitler. *The journal of economic history*, Cambridge, v. 52, n. 4, p. 951-996, 2008.
- LATINOBARÓMETRO – OPINIÃO PÚBLICA LATINOAMERICANA. Cuestionario 2010. LATINOBARÓMETRO, 2010. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 26 set. 17.
- LAU, Olivia et al. ei.RxC: hierarchical multinomial-Dirichlet ecological inference model for R x C tables. In: KING, Gary; IMAI, Kosuke; LAU, Olivia. Zelig: everyone's statistical software. 2007. Disponível em: <<http://gking.harvard.edu/zelig>>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- LIMONGI, F.; CORTEZ, R. As eleições 2010 e o quadro partidário. *Novos estudos*, São Paulo, n. 8, 2010.
- MANZA, Jeff; HOUT, Michael; BROOKS, Clem. The Democratic Class Struggle in the United States, 1948-1992. *American Sociological Review*. Washington, v. 60, n. 6, 1995.
- MATTOS, Rogério Silva; VEIGA FILHO, Álvaro. Inferência ecológica para recuperação de dados desagregados. 2003. Disponível em <http://www.ufjf.br/rogerio_mattos/files/2010/04/rbe.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2014.
- NERI, Marcelo. A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.
- NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. *Dados*, v. 49, n. 4, 2006, pp. 689-720.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. *Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte: EDUFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.
- SANTOS, José A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.
- SANTOS, José A. F. Posições de classe destituídas no Brasil. In: SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009. p. 463-478.

- SANTOS, José A. F. Comprehending the class structure specificity in Brazil. *South African Review of Sociology*, Pretoria, v. 41, n. 3, p. 463-479, 2010.
- SANTOS, José A. F.; SCALON, Celi. Desigualdades, classes e estratificação social. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 75-104.
- SCALON, C.; RIBEIRO, C. A. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, 2001.
- SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos*, São Paulo, n. 85, 2009.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOARES, G.; TERRON, S. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, 2008.
- RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil. Bauru: Edusc; São Paulo: Anpocs, 2007.
- RIBEIRO, Gustavo César de Macêdo. *Classes sociais e eleições presidenciais no Brasil contemporâneo*. 235 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- WEAKLIEM, David L.; ADAMS, Julia. What do we mean by “class politics”? *Politics & Society*, v. 39, n. 4, 2011, pp. 476-495.
- WRIGHT, Erik O. *Classes*. Londres: Verso, 1985. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/>>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- WRIGHT, Erik O. *Interrogating inequality*. Londres: Verso, 1994. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/>>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- WRIGHT, Erik O. *Class Counts: comparative studies in class analysis; student edition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/>>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- WRIGHT, Erik O. *The debate on classes*. Londres: Verso, 1990. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/>>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- ZUCCO, César. The president's new constituency. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 40, p. 29-49, 2008.
- ZUCCO, C. Poor voters vs. poor places: persisting patterns and recent changes in Brazilian electoral patterns. Trabalho apresentado no seminário Metropolis and Inequalities, 2010.
- ZUCCO, C. When pay outs pay-off: conditional cash transfers, clientelism and voting behavior. *American Journal of Political Science*, v. 57, n. 4, p. 810-822, 2013.
- ZUCCO, C.; POWER, T. Bolsa Família and the shift in Lula's electoral base, 2002-2006: a reply to Bohn. *Latin American Research Review*, Pittsburgh, n. 2, v. 48, 2013.

Tabela 1 – Estimativas de votação por grupamentos de classe – 1º Turno – Eleições 2002, 2006 e 2010 por *cluster*

Cluster 1									
	2002			2006			2010		
	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A
Privilegiados	0,2638	0,4512	0,2850	0,1839	0,5668	0,2493	0,2867	0,4335	0,2798
Trabalhadores	0,4167	0,3185	0,2648	0,3813	0,367	0,2517	0,3035	0,4446	0,2519
Destituídos	0,2901	0,4207	0,2892	0,3434	0,388	0,2686	0,3864	0,3511	0,2625
Cluster 2									
	2002			2006			2010		
	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A
Privilegiados	0,3232	0,3692	0,3076	0,2211	0,5054	0,2735	0,3184	0,3875	0,2941
Trabalhadores	0,3068	0,3867	0,3065	0,3265	0,3919	0,2816	0,2968	0,4204	0,2828
Destituídos	0,2663	0,3951	0,3386	0,4160	0,3137	0,2703	0,4537	0,2721	0,2742
Cluster 3									
	2002			2006			2010		
	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A
Privilegiados	0,3129	0,3777	0,3094	0,2088	0,5200	0,2712	0,2976	0,4024	0,3000
Trabalhadores	0,2973	0,3956	0,3071	0,3382	0,3715	0,2903	0,2939	0,4130	0,2931
Destituídos	0,2597	0,3848	0,3555	0,4408	0,2900	0,2692	0,4941	0,2274	0,2785
Cluster 4									
	2002			2006			2010		
	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A
Privilegiados	0,3384	0,3463	0,3153	0,2146	0,5105	0,2749	0,2987	0,3966	0,3047
Trabalhadores	0,3111	0,3814	0,3075	0,3583	0,3486	0,2931	0,3783	0,3241	0,2976
Destituídos	0,2467	0,4069	0,3464	0,4950	0,2489	0,2561	0,4799	0,2357	0,2844

Fonte: Elaboração própria a partir de CEM (2013, 2013a).

Tabela 2 – Estimativas de votação por grupamentos de classe – 2º Turno – Eleições 2002, 2006 e 2010 por *cluster*

Cluster 1									
	2002			2006			2010		
	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A
Privilegiados	0,2830	0,4228	0,2942	0,2071	0,5280	0,2649	0,2500	0,4642	0,2858
Trabalhadores	0,5669	0,1961	0,2370	0,5157	0,2431	0,2412	0,4548	0,2870	0,2582
Destituídos	0,3943	0,3173	0,2884	0,4298	0,2964	0,2738	0,3536	0,3630	0,2834
Cluster 2									
	2002			2006			2010		
	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A
Privilegiados	0,3590	0,3307	0,3103	0,2440	0,4665	0,2895	0,3089	0,3909	0,3002
Trabalhadores	0,4479	0,2645	0,2876	0,4379	0,2791	0,2830	0,3931	0,3213	0,2856
Destituídos	0,3203	0,3583	0,3214	0,4594	0,2673	0,2733	0,4247	0,2954	0,2799
Cluster 3									
	2002			2006			2010		
	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A
Privilegiados	0,3452	0,3469	0,3079	0,2293	0,4878	0,2829	0,2825	0,4209	0,2966
Trabalhadores	0,4318	0,2789	0,2893	0,4487	0,2647	0,2866	0,3878	0,3148	0,2974
Destituídos	0,3254	0,3503	0,3243	0,5148	0,2175	0,2677	0,4860	0,2331	0,2809
Cluster 4									
	2002			2006			2010		
	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A
Privilegiados	0,3701	0,3195	0,3104	0,2783	0,4207	0,3011	0,3125	0,3819	0,3056
Trabalhadores	0,4231	0,2838	0,2931	0,3915	0,3142	0,2942	0,3674	0,3291	0,3035
Destituídos	0,3211	0,3702	0,3087	0,5776	0,1733	0,2491	0,531	0,1985	0,2705

Fonte: Elaboração própria a partir de CEM (2013, 2013a).

Tabela 3 – Variação das estimativas de votação entre os turnos das eleições

Cluster 1									
	2002			2006			2010		
	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A
Privilegiados	0,0192	-0,0284	0,0092	0,0232	-0,0388	0,0156	-0,0367	0,0307	0,0060
Trabalhadores	0,1502	-0,1224	-0,0278	0,1344	-0,1239	-0,0105	0,1513	-0,1576	0,0063
Destituídos	0,1042	-0,1034	-0,0008	0,0864	-0,0916	0,0052	-0,0328	0,0119	0,0209
Cluster 2									
	2002			2006			2010		
	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A
Privilegiados	0,0358	-0,0385	0,0027	0,0229	-0,0389	0,0160	-0,0095	0,0034	0,0061
Trabalhadores	0,1411	-0,1222	-0,0189	0,1114	-0,1128	0,0014	0,0963	-0,0991	0,0028
Destituídos	0,0540	-0,0368	-0,0172	0,0434	-0,0464	0,0030	-0,0290	0,0233	0,0057
Cluster 3									
	2002			2006			2010		
	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A
Privilegiados	0,0323	-0,0308	-0,0015	0,0205	-0,0322	0,0117	-0,0151	0,0185	-0,0034
Trabalhadores	0,1345	-0,1167	-0,0178	0,1105	-0,1068	-0,0037	0,0939	-0,0982	0,0043
Destituídos	0,0657	-0,0345	-0,0312	0,0740	-0,0725	-0,0015	-0,0081	0,0057	0,0024
Cluster 4									
	2002			2006			2010		
	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A	PT	Outros	B + N + A
Privilegiados	0,0317	-0,0268	-0,0049	0,0637	-0,0898	0,0262	0,0138	-0,0147	0,0009
Trabalhadores	0,1120	-0,0976	-0,0144	0,0332	-0,0344	0,0011	-0,0109	0,0050	0,0059
Destituídos	0,0744	-0,0367	-0,0377	0,0826	-0,0756	-0,0070	0,0511	-0,0372	-0,0139

Fonte: Elaboração própria a partir de CEM (2013, 2013a).